

FACULDADE DE LETRAS  
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

# CONIMBRIGA

*VOLUME XXVIII*



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1989

## RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

M.<sup>a</sup> C. GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, *Las unidades organizativas indígenas del area indoeuropea de Hispania*, Vitória/Gasteiz, 1986, 171 p. + I mapa.

Esta tese de doutoramento, com prólogo de J. Santos Yanguas, insere-se no conjunto de estudos orientados para a análise das comunidades indígenas peninsulares (sobretudo as do Noroeste hispânico) e a sua relação com as estruturas romanas.

Na Introdução (p. 11-12), a autora diz que o objecto do estudo são as unidades organizativas indígenas, também chamadas «unidades suprafamiliares», expressas na epigrafia peninsular pelos termos «gens» e «gentilitas» e por genitivos do plural, formando parte do sistema onomástico individual, na área indoeuropeia da Península Ibérica. A partir do estudo sistemático de todas as inscrições com menção dessas unidades (estudo de conjunto que ora se faz pela primeira vez), espera a autora «descubrir y definir el contenido real de los terminos mencionados desde el primer momento que aparecen formuladas hasta el momento de su desaparición en la documentación epigráfica, sus transformaciones con el paso del tiempo e su posible inclusion o substitución por otras instancias organizativas por los romanos» (p. 11). Mas, embora se baseie fundamentalmente nos dados epigráficos, a autora não se limita a eles, recorrendo às fontes literárias e comparando-as com as fontes epigráficas. Rigor que se manifesta desde logo na Introdução, ao serem-nos apresentados o porquê do trabalho, os seus objectivos, a metodologia seguida e a sua estrutura.

*Las unidades organizativas indígenas del area indoeuropea de Hispania* divide-se em três capítulos: delimitação geográfica e cronológica e tipologia das inscrições ; análise do material epigráfico ; análise e avaliação das unidades organizativas indígenas.

No Capítulo I (p. 13-21) M.<sup>a</sup> González traça em primeiro lugar os limites geográficos do estudo, coincidentes em parte com a Hispânia indoeuropeia: o Tejo constitui o seu limite sul, enquanto, a oeste, segue a costa atlântica portuguesa até à desembocadura do Douro e, a este, coincide com o vale médio do Ebro ; o seu limite norte será, pois, a costa cantábrica com excepção, a oeste, da zona entre esta e a desembocadura do Douro e, a este, da zona compreendida entre a costa e o vale médio do Ebro. Nesta área assim traçada

os achados estão desigualmente distribuídos, sendo muito escassos nas zona lusitana (três achados) e mais abundantes na área celtibérica.

Quanto aos limites cronológicos, eles situam-se entre o séc. I a. C. (87 a. C.) e o séc. IV (399 d. C.), sendo o período compreendido entre os sécs. I/II d. C. e meados do séc. III d. G. aquele que regista maior número de achados.

Conclui-se o capítulo com uma análise formal do conjunto epigráfico em estudo, tendo em conta, por um lado, o carácter do texto (os textos funerários são os mais abundantes) e, por outro, o suporte, considerando elementos como a morfologia externa, elementos decorativos, presença, ou não, de moldura e material. M.<sup>a</sup> González Rodríguez verifica que as características externas das inscrições com menção de unidade suprafamiliar não diferem das características dos núcleos epigráficos a que pertencem. Além disso, reflectem um indigenismo próprio de áreas rurais, donde, aliás, provém a maior parte (p. 21).

No capítulo II (p. 23-75) a autora aborda o estudo dos elementos dos textos epigráficos, começando por tecer algumas considerações sobre algumas inscrições fragmentadas ou de difícil interpretação, propondo novas leituras — aí se manifesta mais uma vez, o rigor científico da autora tal como a sua modéstia (não formulando respostas definitivas, antes propõe soluções), porquanto não se limitou ao trabalho de gabinete, tendo «voltado à pedra» para verificar leituras. Tendo em vista uma melhor interpretação da inscrição C. 4, analisa o uso da palavra «monimam», sugerindo que se trata de um termo equivalente à fórmula «monimentum» que aparece na mesma área cantábrica (p. 25).

No que diz respeito à relação dos nomes das unidades organizativas indígenas com nomes pessoais, teónimos e topónimos, M.<sup>a</sup> González Rodríguez descobre uma relação estreita entre nomes pessoais de origem indoeuropeia e os nomes dessas unidades, de modo que «la mayor o menor variedad de denominación de las unidades organizativas indígenas radica en la mayor o menor amplitud del repertorio onomástico» (p. 32); já o mesmo não acontece com os teónimos e os topónimos, visto que apenas algumas unidades se relacionam com nomes de divindades e só dois topónimos puderam derivar dessas unidades.

M.<sup>a</sup> González Rodríguez debruça-se ainda sobre as fórmulas onomásticas, concluindo que a mais frequente é constituída por nome pessoal -f genitivo do plural -f filiação expressa à romana (nome do pai em genitivo -f f.).

Dividindo as unidades organizativas indígenas em grupos segundo a sua formulação epigráfica, a autora organiza o conjunto epigráfico em vários grupos e subgrupos, elaborando finalmente uma sequência cronológica geral. A propósito da cronologia, M.<sup>a</sup> Cruz González Rodríguez chama a atenção (p. 46) para o facto de que os elementos de datação só são válidos para uma datação relativa quando combinados, entrando em linha de conta não só com os critérios internos (fórmulas, onomástica, adjectivos...) mas também com os critérios externos. Não deixa de chamar a atenção para uma certa precaução no seu uso, dada a peculiaridade do conjunto epigráfico e perante

a impossibilidade de conhecer o seu contexto arqueológico, na maior parte dos casos; as notas de rodapé sobre os elementos de datação (notas 51-53 das pp. 46-47) fornecem comentários esclarecedores e uma preciosa selecção bibliográfica sobre o tema.

No capítulo III (p. 77-110) é realizada a análise e avaliação das unidades organizativas. Pretende M.<sup>a</sup> Cruz González Rodríguez (p. 77) «comprobar si en la Hispania indoeuropea ha existido, como parecen indicar las fuentes epigráficas, una organización social gentilicia característica de la época anterior a la llegada de los Romanos que pervive durante toda la época romana y que será aprovechada y utilizada por estes para integrar a los indigenos en sus esquemas organizativos propios...» e por outro lado verificar se se está em presença de uma organização social distinta da organização social gentilicia de outros povos da Antiguidade ou não.

Começa por analisar (p. 78-86) em pormenor os estudos feitos por diversos investigadores no que diz respeito aos nomes de unidades documentados epigraficamente. Aí se salientam as conclusões mais recentes sobre esta problemática, aludindo-se designadamente ao aviso de Caro Baroja (cf. p. 80) quanto ao uso vago e abusivo dos termos clã e tribo em relação a estas unidades, advertência que parece continuar a ser ignorada por muitos autores. Uma das críticas mais importantes é a que M.<sup>a</sup> González Rodríguez faz (p. 85) à aplicação apriorística de modelos antropológicos à estrutura social do norte peninsular sem recorrer à análise das fontes, nomeadamente as fontes epigráficas — Urruela Quesada («Romanidad e indigenismo en el norte peninsular...»), Madrid, 1981) faz isso e, portanto, apenas consegue um esquema teórico sem validade. A mesma crítica e prevenção quanto à utilização dos modelos sociais como a «gens» romana para descrever a sociedade do norte peninsular, na medida em que os autores da Antiguidade, como Plínio, utilizam o termo «gens» em vários sentidos (p. 87) e relacionada com realidades diferentes (p. 89).

Faz-se também a comparação das unidades organizativas com as «gentes» documentadas na epigrafia de outras zonas do Império romano, principalmente com o Norte de África, por um lado (p. 90-93), e com os «castella» da Gallaecia, por outro (p. 93-95), verificando duas diferenças fundamentais em relação às «gentes» do Norte de África e aos «castella»: as unidades organizativas do norte hispânico nunca aparecem como dedicantes de inscrições votivas e honoríficas (p. 93-94) nem têm um território próprio (p. 93-94). Em relação aos «castella», há que salientar que estes só aparecem documentados na epigrafia até finais do séc. I d. C., enquanto as unidades organizativas aqui tratadas se documentam até ao séc. IV d. C.; a autora sublinha também que os «castella» dizem respeito a uma realidade diferente.

Alíneas francamente cativantes são aquelas dedicadas à relação destas unidades com «civitates» (p. 96-101) e com as relações de parentesco (p. 101-110). Em relação às «civitates» reafirma-se o seu papel-chave na coesão de uma realidade indígena fragmentária e na assimilação por parte das populações indígenas do modelo de cidade-estado mediterrânica (p. 96), ausente da sua

realidade. Assim, a «civitas» integrava na sua organização as unidades organizativas indígenas, que são referidas como expressão da «origo» pessoal (p. 99) na área da própria «civitas» — daí que Santos Yanguas (Prólogo, p. 10) fale do papel integrador da «civitas».

Ao relacionar as unidades com as relações de parentesco, M.<sup>a</sup> González Rodríguez combina dados adquiridos ao longo do estudo, alinhando finalmente algumas conclusões gerais.

Segundo a autora, os genitivos do plural devem referir-se a agrupamentos familiares, talvez até ao terceiro grau tanto em linha ascendente como descendente e colateral, segundo um regime patriarcal, de estrutura cognática; fazem parte da «origo» pessoal, podendo também aparecer como proprietários de «instrumenta» ou como parte interveniente em pactos de hospitalidade.

Quanto às «gentilitates» não são mencionadas na «origo» pessoal mas aparecem como parte integrante de pactos de hospitalidade ou referindo-se a uma divindade. Não devem, pois, ser confundidas com genitivos do plural, como se vinha fazendo, antes devendo talvez ser entendidas como resultantes de um processo de ampliação das unidades expressas por genitivos do plural — até porque as «gentilitates» estão pouco documentadas e em áreas concretas, tal como as «gentes», que aparecerão, por sua vez, como resultado de um desenvolvimento das «gentilitates». As «gentes» representam uma tal evolução dos agrupamentos familiares em áreas marginais que podem, inclusive, ser aproveitadas pelos Romanos para centro político administrativo de uma «civitas». Efectivamente, são as únicas unidades que aparecem após a menção de «civitas», carecendo de todas as outras características das outras unidades.

M.<sup>a</sup> González Rodríguez aborda, ainda, outras questões como o estatuto jurídico dos membros destas unidades (são, na sua maioria, «peregrini», cf. p. 109) ou a equiparação dos termos tribo, clã e linhagem aos termos expressos na epigrafia (se, no caso, da equiparação de tribo com «gens» a resposta é seguramente negativa, a utilização de clã e linhagem é desaconselhável, pelas imprecisões que implica, cf. p. 110). Chama também a atenção para uma importante questão: os termos «gens» e «gentilitas» expressos na epigrafia, apesar da sua raiz latina, não significam necessariamente que estejamos perante uma realidade semelhante à organização gentilícia romana: há semelhanças sem dúvida, mas em muitos dos casos terá havido apenas uma «interpretatio» romana (p. 109-110, p. 114).

Haveria mais a referir acerca do conteúdo desta tese (só as pp. 101-110, por si só, mereceriam um comentário alargado), mas os limites de uma recensão bibliográfica não se compadecem com a grande densidade e interesse duma obra que, mercê da acuidade e do rigor conceptual e metodológico com que a autora abordou as fontes e as questões postas, se assume como obra de consulta fundamental sobre a temática em que se insere.

As notas de rodapé, com referências bibliográficas constantes, acompanhadas de comentários pertinentes e esclarecedores, assim como uma bibliografia exaustiva (p. 115-119), também contribuem para fazer desta

obra um bom instrumento de trabalho; pena é que não tenham sido introduzidos os índices epigráficos que um «corpus» (p. 121-137) como o estudado implicaria, embora haja uma relação de genitivos do plural, «gentilitates» e «gentes» (p. 138-140), seguida de uma descrição do material epigráfico segundo a formulação epigráfica das unidades organizativas (p. 141-166). Conclui-se a parte destinada aos elementos auxiliares de consulta com um índice de fontes literárias (p. 167-168) e um índice de siglas e abreviaturas (p. 169-170) respeitantes essencialmente aos «corpora» epigráficos e às revistas consultadas.

Finalmente apontaremos algumas pequenas imprecisões que poderão ser revistas numa próxima edição :

— Na p. 49, a fórmula onomástica referida no 3.º parágrafo é de tipo E e não D (cf. p. 40) ;

— As inscrições 113 e 168 (*corpus*, p. 129 e 133) são dadas como procedentes de Coimbra quando são efectivamente de Conimbriga (na pp. 33-34, porém, a autora refere-as como procedentes de Conimbriga) ;

— Na inscrição 115 (*corpus*, p. 129) preferimos o desdobramento f(*aciendum*) c(*uravit*) em vez de f(*ecit*) c(*uravit*)\

— Em relação à bibliografia da inscrição 132 (*corpus*, p. 130) registre-se que o artigo referido não vem citado na bibliografia geral tal como a sigla (AEA) da revista em que o artigo foi publicado («Archivo Español de Arqueologia») não consta do índice de siglas;

— Na descrição do material epigráfico (p. 163), com respeito à inscrição 113, dever-se-ia corrigir a designação dos «Lares»: Lubanc(os) e não Luvanc(os).

Cabe salientar a boa impressão da obra, assim como os tipos de letra e os espaços utilizados que contribuem para uma fácil e agradável leitura de texto, que, de resto, apenas contém raríssimas gralhas.

LUÍS DA SILVA FERNANDES